



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1259/09	DATA: 25/08/2009
INÍCIO: 15h15min	TÉRMINO: 16h26min	DURAÇÃO: 01h11min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h11min	PÁGINAS: 23	QUARTOS: 15

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MARISA SERRANO – Senadora da República. UBIRATAN AGUIAR – Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU. EDGARD CAMARGO RODRIGUES – Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. LUIZ CAMARGO – Secretário de Fiscalização e Controle do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. ANTÔNIO JOAQUIM – Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. FRANCISCO DE ANDRADE NETTO – Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia. JOÃO LUIZ VARGAS – Presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO – Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. THIERS VIANNA MONTEBELLO – Representante do Tribunal de Contas do Município do Estado do Rio de Janeiro. VALDECIR FERNANDES PASCOAL – Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

SUMÁRIO: Discussão sobre providências relativas à organização da Copa do Mundo de 2014.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Declaro aberta a reunião de audiência pública, aprovada pelo requerimento de autoria dos Deputados Paulo Rattes e Silvio Torres, para discutir providências relativas à organização da Copa do Mundo de 2014.

Antes de compor a Mesa, esta Presidência informa que já considera componentes da Mesa todos os Presidentes de Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios que estão fazendo parte da bancada.

Para iniciarmos os trabalhos, quero convidar para compor a Mesa o Ministro Ubiratan Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas da União (*palmas*); a Senadora Marisa Serrano, que representa a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal (*palmas*); e o Senador Renato Casagrande, que já está chegando (*palmas*).

Eu gostaria de registrar a presença do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, Conselheiro Antonio Joaquim; do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Conselheiro Edgard Rodrigues; do Presidente do Tribunal de Contas do Município da Bahia, Conselheiro Francisco de Souza Andrade; do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul; do Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, Conselheiro Júlio Pinheiro; do Presidente do Tribunal de Contas do Estado Rio Grande do Sul, Conselheiro João Luiz Vargas; do Presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, Conselheiro Thiers Vianna Montebello; do representante do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, Diretor da Escola de Contas, Conselheiro Valdecir Pascoal; do Inspetor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Sr. Agnaldo Moreira Marques. Agradeço a todos a presença.

Se estiver presente mais alguém que não foi citado, por favor, peço que se identifique. (*Pausa.*)

Agradecemos a presença dos Srs. Deputados, entre S.Exas. o Deputado Paulo Rattes, Relator da nossa Subcomissão Permanente do Acompanhamento dos Recursos da Copa de 2014, do PMDB do Rio de Janeiro; o Deputado Narcio Rodrigues; o Deputado Felipe Bornier, do Rio de Janeiro; o Deputado Duarte Nogueira; o Deputado Nelson Bornier e outros Deputados que já marcaram presença e voltarão tão logo nossos trabalhos tenham início.

[MSOffice1] Comentário:
Supervisor.:Rosane Galvão

[P2] Comentário: Sessão:1259/09 Quarto
Taq.:Paulo Rev.:



Quero informar que alguns Conselheiros Presidentes de Tribunais que não puderam comparecer por outras razões já nos comunicaram a disposição de estarem junto conosco nesta audiência pública, que oficializa a instalação de uma rede de fiscalização dos recursos públicos que serão utilizados na realização da Copa de 2014.

Muito rapidamente, agradecendo mais uma vez a presença de todos, quero dizer que esta é uma experiência inédita no nosso Congresso Nacional. Acho que é a primeira vez que se institui uma rede que inclui e junta instituições dos Estados, dos Municípios e o Tribunal de Contas da União com o Senado e a Câmara, com o único propósito de estabelecer a fiscalização de um evento, das obras do evento e, enfim, de tudo que significa a Copa de 2014.

Cada uma das instituições envolvidas tem a sua característica, tem a sua *expertise*, tem a sua folha de serviços prestados no seu Estado, no seu Município, assim como o Tribunal de Contas da União é o verdadeiro condutor da fiscalização que o Congresso Nacional faz sobre os recursos públicos federais.

Com essa coalizão, com essa rede, acho que nós vamos dar à sociedade mais segurança, mais tranquilidade, para acreditar que a Copa de 2014 no Brasil não será apenas um evento futebolístico, que prevê trazer turistas ao País e que prevê deixar alguns legados. Acho que podemos dar à sociedade brasileira a segurança de que o dinheiro do contribuinte, o dinheiro dos impostos, os recursos públicos que são drenados da sociedade, nesse evento eles serão aplicados com seriedade, com rigor, e serão totalmente destinados aos fins para os quais está sendo realizado o evento.

Parece algo meio óbvio o que nós estamos falando, mas é exatamente essa singularidade das coisas que se está perdendo. De repente, parece que nós não somos capazes de evitar que o Brasil pague preços muito maiores do que pode pagar para realizar obras, para realizar eventos.

Sem nenhum constrangimento, até porque tenho dito isto publicamente, os Jogos Panamericanos no Brasil foram exemplo de como não deve ser feita a utilização de recursos públicos. Faltou planejamento, faltou fiscalização, faltou controle. E, o que é pior de tudo, depois de quase 5 bilhões de reais de recursos investidos pelos cofres públicos, o legado é altamente duvidoso. Em alguns casos, o



legado não se recupera mais, o legado de obras ociosas e de prejuízos irreversíveis para os cofres públicos e para a própria organização que se fez no Rio de Janeiro, Estado que investiu, como Município e como Estado. Infelizmente, nem por isso pode beneficiar-se desses investimentos por um tempo mais permanente.

O objetivo da nossa Subcomissão permanente é atuar o tempo todo na fiscalização desses recursos — pelo menos até o final desta legislatura, é o que nos cabe fazer, é o mandato que nós temos. E com a ajuda e a parceria de todos, tenho certeza de que os objetivos comuns de nós todos serão plenamente atingidos. Por isso, agradeço.

Gostaríamos de, imediatamente, para acelerar os nossos trabalhos, passar a palavra aos representantes da Mesa. Posteriormente, daremos a oportunidade aos conselheiros para que se manifestem. E em seguida assinaremos o Protocolo de Intenções para oficializar esta reunião.

Início passando a palavra à nossa querida Senadora Marisa Serrano, que representa a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal.

A SRA. SENADORA MARISA SERRANO - Obrigada, Sr. Presidente Silvio Torres. Quero cumprimentar, com carinho especialíssimo, o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, oriundo desta Casa, da Comissão de Educação mais propriamente dito. V.Exa. é sempre muito bem-vindo, seja na Câmara, seja no Senado. Esta será sempre sua casa.

Gostaria de dizer a todos os Presidentes dos Tribunais de Contas que estão aqui que estou alegre em poder recebê-los. Oxalá possamos intensificar mais trabalhos conjuntos em prol da sociedade brasileira!

Estou aqui em nome do Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, afeta certamente aos trabalhos que os tribunais realizam, e também em nome da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor do Senado.

O Senador Renato Casagrande, do Espírito Santo, que preside a Comissão, propôs a criação de uma subcomissão como esta que os Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes propuseram, através do Requerimento 221, de 2009.

Eu fui autora de um pedido de audiência pública para que houvesse uma comissão também no Senado, nos mesmos moldes desta, através dos Presidentes



dos Tribunais, sem que um soubesse do outro, na mesma época. Dessa forma, os senhores percebem quão importante é esse trabalho e o grau de preocupação que nós temos.

Quando o Deputado Silvio Torres falava do legado dos megaeventos, eu dizia ao Presidente do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro que há um livro escrito pelos Professores Doutores de Educação Física que se chama Legado dos Megaeventos. Fizeram uma análise científica de como se dão os megaeventos nas cidades e o que deveria sobrar para uma cidade depois de um megaevento.

Quando se fala em Copa do Mundo, às vezes as pessoas podem achar é bobagem o Senado, a Câmara e os tribunais se preocuparem com isso. Mas para o povo brasileiro, este, sim, é um megaevento que a população brasileira toda vai acompanhar.

Portanto, o interesse nosso é que todas as obras, todas as intervenções com recursos públicos sejam feitas a contento. E que não aconteça, como disse o Deputado Silvio Torres, o que estamos vendo com as obras do Pan-americano no Rio de Janeiro.

Há 2 meses eu pedi ao Presidente da Associação Nacional de Professores de Educação Física do Rio de Janeiro que tirassem um dia e percorressem todas as obras do Pan-americano. Todos eles eram da área. Eles lotaram uma van e foram às obras do Pan. É uma tristeza, Conselheiro, imaginarmos que obras enormes, com gastos expressivos ou não estão sendo utilizadas ou estão subutilizadas ou passaram para outros órgãos, cuja finalidade não foi a proposta.

Eu quero terminar a minha fala, em nome da Comissão, fazendo uma proposta ao Deputado Silvio Torres e aos membros desta subcomissão para trabalharmos juntos o roteiro de trabalho proposto, já que o objetivo é o mesmo. Sugiro que haja 2 subcomissões: uma no Senado e uma na Câmara, mas que possamos fazer visitas juntos, Senadores e Deputados, em um trabalho conjunto.

Vale a pena tentarmos participar disso, porque para nós é extremamente importante, já que o objetivo é único e o interesse é mútuo.

E quero parabenizá-lo, também, pelo Protocolo de Intenções que será assinado hoje. Nós, do Senado, estamos prontos a trabalhar juntos, com um mesmo objetivo, apoiando o Protocolo de Intenções, mas principalmente discutindo e

[p3] Comentário: Sessão:1259/09 Quarto
Taq.:Zagotto Rev.:



participando do roteiro de trabalho conjunto. Se V.Exa. e a Subcomissão da Câmara acharem por bem, tenho certeza absoluta de que todos os Senadores que fazem parte da nossa Comissão vão apoiar essa iniciativa.

Quero agradecer a todos os Conselheiros a presença, em nome do Presidente do TCU, Ubiratan Aguiar, e em nome de Antonio Joaquim, que preside o Tribunal de Contas de Mato Grosso, que nos levou a Copa de Campo Grande. Brigamos heroicamente, mas Cuiabá ganhou de nós.

Portanto, Dr. Antonio Joaquim, leve aos cuiabanos não mais a tristeza do sul-mato-grossense, mas o apoio a Mato Grosso em todos os cantos.

Muito obrigada, Deputado Silvio. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Senadora Marisa Serrano, acho que a parceria já está estabelecida, desde quando juntos fomos procurar o Senador Renato Casagrande. E o próprio Protocolo de Intenções, Senadora, já prevê que estaremos trabalhando em conjunto, e tenho certeza de que o Relator, Deputado Paulo Rattes, se utilizará também dessa parceria. Também elaboraremos o roteiro juntos. Já está atendida a reivindicação de V.Exa.

Passo agora a palavra ao ilustre amigo e Presidente do Tribunal de Contas da União, que tem sido grande parceiro da nossa Comissão de Fiscalização e Controle e que tem nos ajudado muito em todos os nossos trabalhos, especialmente neste evento de hoje, que tem uma participação muito importante. Agradecemos de antemão seu trabalho.

Tem a palavra V.Exa., Conselheiro

O SR. MINISTRO UBIRATAN AGUIAR - Meu caro Presidente Silvio Torres, diletta amiga Senadora Marisa Serrano, Paulo Rattes e Ana Maria Rattes, de quem tive o privilégio de ser companheiro nesta Casa, em nome de quem saúdo todos os demais Parlamentares aqui presentes; Presidente Luiz Sérgio Gadelha Vieira, da ATRICON, meu conterrâneo, em nome de quem abraço todos os representantes, membros dos Tribunais de Contas Estaduais e Presidentes de Contas dos municípios aqui presentes; um abraço a Chico Neto e a todos os demais membros da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas Municipais e do Tribunal de Contas da União; servidores da Casa, imprensa.



Este momento, considero-o excepcional, porque a Constituição mostra o liame que há entre a ação do controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União e a ação do Poder Legislativo em legislar e fiscalizar.

Recebemos pedidos de auditoria, recebemos pedidos de informações, mas, de forma concreta, agora nos sentamos à mesma mesa para, numa fase preliminar, dizer que vamos estar juntos, Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, Comissão de Fiscalização Financeira do Senado Federal, Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, todos com um objetivo saudável: acompanhar a execução das obras e o emprego dos recursos públicos. E essa ação preventiva tem um caráter pedagógico excepcional. Vai chamar a atenção da sociedade brasileira para que se some a todos nós, técnicos, Parlamentares, a fim de saber realmente como estão sendo empregados os seus recursos. Vamos torcer não só pelo campeonato que o Brasil, se Deus quiser, vai conquistar, a Copa; vamos torcer pelo maior campeonato de um País que sabe empregar bem os recursos da sociedade, do povo brasileiro. É muito importante ter um caráter educativo, no momento em que cidadania deve ser a palavra-chave que conduza nossos passos.

O Tribunal de Contas da União muitas vezes quer cobrar ele aquela ação do controle interno, o primeiro embate, o primeiro acompanhamento do emprego do recurso público. Não nos furtamos até de auxiliar neste momento, porque a luta é de todos nós. Mas vejo agora que está todo mundo reunido: virá o controle interno, estará o controle externo, estará o Poder Legislativo com uma missão comum: deixar de forma duradoura e perene obras que serão marcadas pela lisura no emprego dos recursos públicos; vamos nos orgulhar deste momento excepcional; os olhos serão multiplicados não só pelos agentes públicos, mas por toda a sociedade.

Quando a imprensa estava nos entrevistando aqui e perguntando: “E o Tribunal de Contas, como vai fazer, como vai atuar?” Eu disse: “Vai atuar em parceria.”

No dia 25 de março deste ano, convidamos Ministros de Estado, o Procurador-Geral da República, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral — a Câmara e o Senado estavam presentes —, para fazer uma rede de controle interno, para dar efetividade à ação do Estado, a fim de superar às vezes limitações que temos. Imaginem que o Congresso Nacional nos solicita fazer uma auditoria nos



cartões corporativos. Recebemos a missão, mas temos uma limitação. Não temos acesso ao sigilo fiscal porque a legislação — não digo do século passado, porque foi ontem — ainda é do século XIX, anterior, e não nos permite. Agora, trabalhando de forma conjunta, somamos experiências e conhecimentos e estamos dando efetividade a esse trabalho. O Legislativo mostra para todos nós que estávamos certos em assim proceder.

Deputados Silvio Torres, Senadora Marisa Serrano, Deputados aqui presentes, Márcio Reinaldo, também companheiro de tantos anos, de tantas Legislaturas, fico feliz porque passamos a viver um momento novo, em que o Legislativo, pelo seu braço talvez mais importante que o da legislação — às vezes mitigado pelas medidas provisórias —, busca realmente os parceiros ideais para a construção de algo que é fundamental no País: o bom emprego dos recursos públicos. Faz com que esse dinheiro possa realmente render, como chamamos, possa se multiplicar e sobrar para ser utilizado tantas vezes em outras obras tão importantes para a sociedade, para a Nação brasileira.

Portanto, Presidente Silvio Torres, conte com o nosso apoio.

Senadora Marisa Serrano, saiba que tenho orgulho muito grande de pertencer ao Tribunal de Contas da União, uma instituição de excelência, pelo valoroso quadro que tem, a exemplo dos nossos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, que aqui vieram se fazer presentes. Vamos estar juntos, e espero, faço votos, colheremos os melhores resultados, porque será junto com o caneco da Copa do Mundo o maior troféu que vamos poder exibir para a sociedade brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos as sábias palavras ao Conselheiro Ubiratan Aguiar, Presidente do TCU.

Queremos registrar também a presença do Conselheiro Luís Sérgio Gadelha Vieira, Presidente da ATRICON, Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil. Pedimos a S.Exa. que se sente aqui à frente.

Contamos já na mesa com a presença do Deputado Rômulo Gouveia, Presidente da Subcomissão Permanente de Fiscalização dos Recursos Públicos na Copa de 2014. Gostaríamos que S.Exa. rapidamente fizesse uso da palavra para nos fazer uma saudação.



O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA - Sr. Presidente, Senadora Marisa Serrano, Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, Srs. Presidente de Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, o mais importante é a contribuição dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios e do Tribunal de Contas da União para o trabalho que iniciamos, um trabalho permanente de preocupação com os recursos públicos.

O Deputado Paulo Rattes, Relator, foi muito feliz com essa iniciativa e esta Comissão já avançou bastante no sentido de levantar dados e na parceria com os Estados e Municípios. Essa contribuição do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios será extremamente importante para o nosso trabalho.

O Presidente da Comissão, Deputado Silvio Torres, tem realmente dado uma grande contribuição a esse trabalho. Quero aqui, mais uma vez, não só agradecer-lo, na qualidade de Presidente da Subcomissão. Reconheço o trabalho e a dedicação de S.Exa.

O Senado também é fundamental. A Senadora Marisa Serrano é uma atuante Senadora. Acredito que essa reunião de hoje consolida um projeto permanente desta Comissão. Com certeza, o meu mandato, como os mandatos dos Deputados Paulo Rattes e Silvio Torres poderão até não ser renovados, mas o trabalho que estamos realizando aqui terá continuidade.

Espero, com a confiança dos paraibanos, retornar a esta Casa.

Registro o trabalho e o cronograma já estabelecido para a Copa 2014, que, sem sombra de dúvida, será um grande evento. Por isso estamos discutindo os investimentos, os recursos para ter uma dimensão e não acontecer o que aconteceu recentemente no Pan.

É nesse sentido a nossa preocupação. Quero, de forma sincera, agradecer. Tenho certeza de que a contribuição dos Tribunais de Contas dos Estados, dos Municípios, da União é fundamental para esse trabalho iniciado aqui por esta Subcomissão e pela Comissão de Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Obrigado, Deputado Rômulo Gouveia.



Até por uma questão de circunstâncias de cada um dos convidados, eu gostaria de oficializar a instalação dessa rede com a assinatura daqueles que foram convidados a dela participar. Da mesma forma, já antecipo que, conhecendo as características de cada um dos Tribunais, as suas especificidade, aqueles que não puderem assinar hoje poderão fazê-lo em outra oportunidade — e certamente o farão, até porque a presença aqui significa adesão informal.

Promoverei aqui a assinatura e lerei rapidamente os considerandos, para aqueles que não têm acesso ao texto:

“Protocolo de intenções que entre si celebram diversos órgãos e entidades públicas para a articulação de apoio a ações de fiscalização dos recursos públicos aplicados para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Os órgãos públicos adiante identificados, denominados partícipes, representados pelos signatários, identificados ao final do documento, considerando a escolha do Brasil como País sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014, com eventos nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo; considerando que, para a realização da Copa do Mundo de 2014, serão realizados investimentos vultosos, a maior parte deles públicos, em setores como infraestrutura, transportes, comércio, serviços, energia, habitação e saúde nas referidas cidades sedes; considerando os princípios constitucionais que regem a administração pública e a supremacia do interesse público, bem assim o objetivo comum de conferir maior eficiência, eficácia e efetividade à gestão pública, maximizar os resultados institucionais e contribuir para a melhoria da administração pública por meio de ações de fiscalização e controle; considerando que, para cumprir tal



tarefa, é fundamental que a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Tribunal de Contas da União e os Tribunais de Contas dos Estados de Municípios escolhidos para sediar os jogos da Copa de 2014 estructurem rede de informação, resolvem celebrar o protocolo de intenções, doravante denominado Protocolo, aplicando-se no que couber a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, de acordo com o disposto a seguir.”

São as considerações que estarão à disposição da imprensa se houver interesse.

Passamos, então, agora, à assinatura. Daremos a primazia, como não poderia deixar de ser, à nossa querida Senadora Marisa Serrano, que representa aqui o Senado Federal. Será S.Exa. a primeira a rubricar e a assinar representando o Senador Renato Casagrande. *(Palmas.)*

Ministro Ubiratan Aguiar, por favor. *(Palmas.)*

Na sequência, vamos chamar pela ordem aqueles que confirmaram e estão presentes. Aqueles que não puderem assinar, certamente, como eu já disse, poderão fazê-lo em outra oportunidade.

O primeiro a ser chamado é o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, Conselheiro Antônio Joaquim. *(Pausa.)*

Vamos chamar agora o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues.

O SR. EDGARD CAMARGO RODRIGUES - Sr. Presidente, peço vênica para assinar oportunamente, pois quero submeter o documento aos meus pares e contar aos Conselheiros de São Paulo do nosso encontro. Certamente, todos aderirão sem nenhuma reserva, mas acho importante repartir com eles essa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Muito obrigado.

Vamos chamar o Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, Conselheiro Francisco de Souza Andrade Neto. *(Pausa.)*

Chamo também Agnaldo Moura Marques.



O SR. AGNALDO MOURA MARQUES - Sr. Presidente, na condição de representante, prefiro levar o documento ao conhecimento do Presidente do Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Pois não. Muito obrigado.

Chamo o Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, Conselheiro Júlio Pinheiro. *(Pausa.)*

Chamo o Secretário de Fiscalização e Controle do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Conselheiro Luiz Camargo.

O SR. LUIZ CAMARGO - Nobre Deputado, peço autorização para levar o termo para submeter ao Colegiado em São Paulo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Chamo o Presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, Conselheiro Thiers Vianna Montebello. *(Pausa.)*

Chamo o Conselheiro Valdeci Pascoal, que representa o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. *(Pausa.)*

Pulei o nome do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Conselheiro João Luiz Vargas, a quem peço que me desculpe. *(Pausa.)*

Todos os presentes já assinaram ou foram convidados a assinar hoje. Dessa forma, oficializamos a instalação dessa rede, que, como já disse o Ministro Ubiratan, e dissemos todos nós, trata-se de um ato inédito, de muita importância para as instituições brasileiras.

Eu pediria uma salva de palmas a todos que hoje se irmanam. *(Palmas.)*

Vou conceder a palavra rapidamente aos Conselheiros. Quem quiser falar poderá fazê-lo. Vou seguir a mesma ordem das assinaturas.

Tem a palavra o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, Sr. Antônio Joaquim.

O SR. ANTÔNIO JOAQUIM - Sr. Presidente, Deputado Silvio Torres, na pessoa de V.Exa. cumprimento todos os Deputados; na pessoa da Senadora Marisa Serrano, cumprimento todos os Senadores; e, na pessoa do Presidente Ubiratan Aguiar, cumprimento os membros do Tribunal de Contas da União, assim como o

[p7] Comentário: Sessão:1259/09 Quarto
Ta.:Denise Honda Rev.:



Presidente da Subcomissão da Copa, o Deputado Rômulo Gouveia, e os Conselheiros presentes.

Quero realçar de forma muito sincera a iniciativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal de propor a fiscalização dos recursos públicos. Essa é uma atividade do Parlamento que muitas vezes é esquecida. Acho que essa iniciativa serve de exemplo às Assembleias Legislativas e às Câmaras Municipais, no sentido de que percebam a importância da fiscalização por parte do Poder Legislativo.

Quero realçar também a singularidade desta iniciativa, porque um dos graves problemas que temos no controle e na fiscalização no Brasil é exatamente a falta de uma rede de informações entre as instituições de controle. Refiro-me a todas elas: às que pertencem ao Poder Executivo — Ministério da Fazenda, COAF e as demais instituições —, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público.

Há uma falta de informações que propicia essa condição de haver descontrole e desperdício muito grande dos recursos no Brasil. Mas os Tribunais de Contas, liderados pelo Tribunal de Contas da União, têm feito trabalho belíssimo.

Surpreendo-me muito quando vejo autoridades do Governo reclamarem disso. Fica uma situação de constrangimento total, porque todos nós fazemos parte de um sistema público, todos nós fazemos parte do Governo, cada um com sua missão: o Executivo para a execução, o Poder Judiciário para resolver as demandas, o Ministério Público para fiscalizar, o Parlamento para fazer as leis e fiscalizar. E nós existimos para fazer a fiscalização. É nosso dever fiscalizar.

É muito desconfortável conviver com essa situação de crítica à atividade de controle e fiscalização, porque o dever constitucional de fazer isso é nosso.

Quando se critica a ação do TCU para suspender obras através de medidas cautelares, cria-se uma situação extremamente desconfortável. Se a obra foi suspensa, é porque há problemas. Nada justifica gastar o dinheiro público, mesmo que seja para o PAC, mesmo que seja para um hospital, se há problemas de ilegalidade e de superfaturamento.

Então, a iniciativa da Câmara dos Deputados legitima, sem dúvida alguma, a ação dos órgãos de controle no que diz respeito à Copa do Mundo, que envolve bilhões de reais em investimentos.



Não há autoridade no País que seja contra a Copa no Brasil, muito menos em Cuiabá, Senadora Marisa. A nossa vitória ao levar a Copa para Cuiabá representa para todas as autoridades do Estado de Mato Grosso um marco na história do Estado. Certamente o Estado terá avanço significativo na sua economia e no seu perfil socioeconômico com a ida para Mato Grosso dos investimentos que se realizarão em razão da Copa. Mas não é por isso que o Tribunal de Contas tem de ficar omissos e permitir qualquer tipo de descontrole nos gastos públicos.

Na Câmara dos Deputados, tomamos iniciativas. Aqui há um protocolo de intenções para o qual temos de designar representantes. Já temos uma portaria no Tribunal de Contas de Mato Grosso, designando as autoridades que representam o órgão nessa Comissão Especial dos recursos da Copa, juntamente com o Tribunal de Contas da União. E essas autoridades estão presentes: o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Dr. Gustavo Deschamps, e o Auditor Substituto de Conselheiro Luiz Henrique Lima, ex-Deputado do Rio de Janeiro, conhecido da bancada do Rio de Janeiro.

Nesse sentido também já avançamos, porque achamos que esse é nosso dever. Essa é uma situação de que não podemos abrir mão, caso contrário estaríamos sendo omissos e, conseqüentemente, prevaricando.

Portanto, estou muito honrado em estar aqui assinando o protocolo. Não tenho o que questionar no protocolo, porque certamente é uma ação importantíssima, que temos de realizar em conjunto: o Parlamento cumprindo a sua missão de fiscalizar, e nós cumprindo o nosso dever de fazer o controle externo.

Parabéns à iniciativa de V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Obrigado, Conselheiro Antônio Joaquim.

Consulto o Conselheiro Edgard Rodrigues sobre se gostaria de usar a palavra.

O SR. EDGARD CAMARGO RODRIGUES - Sr. Presidente, eminente Deputado Silvio Torres, caríssima Senadora Marisa Serrano, Ministro-Presidente do TCU, demais Parlamentares, colegas dos Tribunais de Contas, o Ministro Ubiratan condensou com felicidade, como aliás é do seu feitio, os propósitos, os objetivos e a grandeza deste encontro. Salientou com bastante propriedade a aproximação, neste

[p_41788] Comentário: Sessão:1259/09
Quarto:10 Taq.:Socorro Rev.:



trabalho harmonioso e conjunto, dos Tribunais de Contas com o Parlamento. Isso, Ministro Ubiratan, sem nenhum favor, devemos muito também a V.Exa., que tem trabalhado muito no sentido de aproximar os esforços dos tribunais com o Parlamento paulista, mercê, provavelmente, da sua formação política nesta Casa e de suas qualidades profissionais e pessoais. Está V.Exa. de parabéns. Parabenizo também o eminente Presidente desta Comissão pela iniciativa.

Noto também que, talvez pela primeira vez, estamos trabalhando para uma integração nacional do sistema de fiscalização de contas, o que é um pouco inédito. Houve outras tentativas no passado, mas pontuais. Desta vez, temos um projeto abrangente, de grande responsabilidade, voltado para um evento de interesse de toda a sociedade.

Então, São Paulo apenas registra aqui os seus cumprimentos. É com muita honra que estamos presentes. Tenha certeza, Sr. Presidente, de que muito brevemente vamos encaminhar o protocolo assinado. Não haverá nenhum reparo a fazer. Creio que esta é uma oportunidade que devo repartir com meus companheiros, por isso pedi aquele adiamento. V.Exa. tenha a certeza de que será encaminhado em pouquíssimos dias.

Parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Obrigado, Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues.

Pergunto ao Conselheiro Francisco Netto, Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, se gostaria de usar a palavra.

Gostaria de registrar a presença da Deputada Sueli Vidigal. Se V.Exa. quiser, pode sentar-se aqui na frente.

Tem a palavra o Conselheiro Francisco Netto.

O SR. FRANCISCO DE SOUZA ANDRADE NETTO - Sr. Presidente da Comissão, Deputado Silvio Torres; Ministro Ubiratan Aguiar, a quem cumprimento, porque foi muito feliz em suas afirmações; Senadora Marisa Serrano; Deputado Rômulo Gouveia, o Estado da Bahia, através do Tribunal de Contas dos Municípios, que tenho a honra de presidir, está à disposição para colaborar. É uma satisfação participar deste ato de assinatura deste protocolo. Mais uma vez, parabenizo a Comissão por esta brilhante iniciativa.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Obrigado, Conselheiro Francisco Netto.

Concedo a palavra, agora, ao Conselheiro João Luiz Vargas.

O SR. JOÃO LUIZ VARGAS - Deputado Silvio Torres; eminente Senadora Marisa Serrano, que há poucos dias suportava o vento minuano nas coxilhas do Rio Grande; Sr. Deputado da Subcomissão; Ministro Ubiratan Aguiar, que significa para todos nós o que há de mais importante para os nossos passos, todos nós conselheiros sabemos da importância que tem sido acrescida a cada dia aos Tribunais de Contas dos Municípios e dos Estados na gestão de V.Exa. à frente do Tribunal de Contas da União. Essa importância já vinha sendo acrescida antes, mas se intensificou notadamente agora, durante a sua Presidência, o que tem feito com que nós dos Tribunais de Contas tenhamos essa interação com outros organismos.

Vivemos um momento na sociedade em que o controle social é exercido diuturnamente. E muitas vezes os tribunais não conseguem acompanhar isso, afastados que estão das manifestações da sociedade por meio da imprensa e dos Parlamentos.

O que estou vendo hoje, aqui, para minha satisfação, Ministro Ubiratan Aguiar, Srs. Deputados, Sra. Senadora, é mais uma grande oportunidade para os tribunais do Brasil: o trabalho em rede, com comunicação permanente, para que assim se possa realmente controlar os gastos públicos. E as medidas tomadas, todas elas, serão mais abrangentes, porque serão tomadas com informações vindas não só do Tribunal de Contas, dos nossos auditores, mas também daqueles que fazem parte desse grupo de pessoas abnegadas pelo controle dos gastos públicos. Por isso, cabe-me cumprimentá-los.

Fiquei aqui pensando, conselheiros, sobre a necessidade de, em nossos Estados, projetarmos trabalho semelhante com os Parlamentos estaduais, com os Parlamentos municipais. Vamos fazer ao Deputado Silvio Torres, à Senadora Marisa Serrano, ao Presidente Ubiratan Aguiar uma proposta de que também nos Estados se possa trabalhar de forma uníssona com o Parlamento estadual, com as Câmaras de Vereadores, com as Secretarias da Copa; no Rio Grande do Sul, temos uma Secretaria do Município de Porto Alegre e uma Secretaria do Estado. Saio daqui



com essa elaboração, para que em seguida possa enviar aos senhores essa sugestão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Conselheiro João Luiz Vargas as palavras.

Passo a palavra ao Conselheiro Júlio Pinheiro, do Amazonas.

O SR. JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO - Sr. Presidente Silvio Torres, a quem cumprimento, juntamente com o Ministro Ubiratan Aguiar, a Senadora Marisa Serrano e o Deputado Rômulo Gouveia, é extremamente importante o que estamos realizando hoje, aqui, para o Brasil, considerando a realização da Copa de 2014, que se aproxima.

Esta comissão de acompanhamento dos recursos da Copa de 2014 estabelece agora um marco norteador para que possamos realizar uma fiscalização padronizada em todos os Estados federados.

A sociedade nos cobra muito, Sr. Presidente, Sr. Ministro Ubiratan. Urge que possamos, efetivamente, ao realizar o controle nas contas públicas, dar a resposta necessária para evitar erros acontecidos no passado, conforme foi citado aqui, na realização do Pan, no Rio de Janeiro.

É extremamente importante que nós, a partir deste momento, nos unamos para podermos mostrar à sociedade brasileira que o Tribunal de Contas da União, os Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, enfim, todos nós estamos imbuídos do propósito de fazer com que a Copa do Mundo de 2014 seja realizada com sucesso, mas que tenha como preâmbulo desse sucesso uma fiscalização rigorosa, que haveremos de fazer, e, obviamente, um controle no mesmo sentido.

Espero que não só os Estados que aqui assinaram o documento, neste momento, participem desse trabalho, mas também todos os outros. Que venham a assinar o documento e contribuir com o trabalho, já que esse mecanismo norteador poderá inclusive ser objeto de sugestões outras para aprimoramento muito maior daquilo que buscamos em comum, exatamente a guarida necessária que devemos sempre dar aos recursos públicos do País.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Conselheiro Júlio Pinheiro as palavras.

Consulto o Conselheiro Luiz Camargo, Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, sobre se gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. LUIZ CAMARGO - Nobre Deputado Silvio Torres, na pessoa de quem cumprimento a Mesa, gostaria de resgatar neste momento observação feita pelo Ministro Ubiratan sobre a importância da fiscalização. Isso dará uma tônica totalmente diferente em relação aos gastos.

Este será um momento em que os Tribunais de Contas terão de mostrar à sociedade a eficiência do seu trabalho. Até hoje, todos nós sabemos, o trabalho dos tribunais sempre é rotulado de maneira não tão agradável. No momento em que apresentarmos um trabalho à sociedade em que ela verá a eficácia do investimento realizado, será uma importante oportunidade para nós, em cada cidade e Estado, divulgarmos o nosso trabalho.

Esse trabalho mostrará que o Tribunal de Contas tem poder, força e quadro técnico capaz de trazer benefício à sociedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Nós é que agradecemos.

Passo a palavra agora ao Conselheiro Thiers Vianna Montebello, do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

O SR. THIERS VIANNA MONTEBELLO - Sr. Presidente Silvio Torres, Sra. Senadora Marisa Serrano, querido Ministro Ubiratan Aguiar, Deputados Rômulo Gouveia, Paulo Rattes, Felipe Bornier e Nelson Bornier, do Rio de Janeiro, meus colegas, o fundamental nesta iniciativa do Poder Legislativo — Câmara e Senado —, penso que seja o efeito inibidor dessa ação a curto, médio e longo prazos.

Tivemos uma experiência no Rio de Janeiro, acompanhada pelo Ministro Ubiratan Aguiar, nos Tribunais de Contas do Estado e do Município. Na ocasião, vimos que o legado, às vezes, é muito mais trêfego do que se espera. O legado não pode ser um instrumento de pressão para que as coisas andem. As coisas têm que andar muito bem feitas.

Penso, Presidente, que essa convergência de fiscalização, cujo objetivo é exatamente inibir, talvez, os excessos, é muito importante. Cada um de nós deve

[P10] Comentário: Sessão:1259/09
Quarto:12 Taq.:Luciene Motta Rev.:



levar sua experiência, especialmente o TCU, o TCE e o TCM do Rio de Janeiro, pela vivência que tiveram com isso, embora a experiência não tenha sido das melhores.

Essa rede vai, sem dúvida alguma, produzir efeito extraordinário. Não tenho a menor dúvida de que esse passo dado, neste momento, por iniciativa do Poder Legislativo, para tornar real essa rede de controle e fiscalização, é muito importante.

A mim cabe apenas dizer que os tribunais — falo em meu nome e, tenho certeza, em nome dos demais tribunais — estarão envolvidos integralmente nesse processo. Tenho o maior interesse nisso.

Ao final das contas, os tribunais acabam sendo responsabilizados, porque foram omissos. No caso da Copa do Mundo, este momento nos torna presentes a partir de agora, mediante uma ação preventiva, não para corrigir o que foi feito de forma errada. A ação preventiva é muito importante.

Então, o Tribunal de Contas do Rio de Janeiro saúda a Comissão, V.Exa, Sr. Presidente, a Senadora, o Ministro Ubiratan, o Deputado Rômulo Gouveia e o Deputado Paulo Rattes, que é do Rio de Janeiro.

Desejo que essa ação seja cada vez mais forte e que seus efeitos sejam bastante reais e objetivos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Obrigado, conselheiro.

Com a palavra, agora, o representante do Tribunal de Contas de Pernambuco, Conselheiro Valdecir Pascoal.

O SR. VALDECIR FERNANDES PASCOAL - Sr. Presidente, Deputado Silvio Torres; Ministro Ubiratan Aguiar, Presidente do TCU; Senadora Marisa Serrano; Deputado Rômulo Gouveia; meus caros conselheiros presentes de todos os Tribunais de Contas do Brasil; Deputados; Senadores; servidores, em nome do Tribunal de Contas do Pernambuco, gostaria de parabenizar a Câmara dos Deputados e o Senado Federal pela iniciativa e dizer, numa linguagem futebolística, que a Câmara marca um gol de placa; a bola está sendo empurrada para a rede.

A decisão de realizar a Copa do Mundo no Brasil é histórica e revela um desejo sobre uma paixão nacional, que faz parte da nossa identidade nacional: o futebol. Isso demonstra não só o nosso exemplo em termos de qualidade no futebol, como também a nossa capacidade de organizar um evento de dimensão



internacional, responsabilidade dos Governos, da iniciativa privada e, sobretudo, dos órgãos de controle.

Gostaria de citar apenas 2 observações, corroborando com tudo o que já foi dito pelos meus pares. A primeira é que se trata de valores vultosos. Bilhões e bilhões de reais, recursos da população, da sociedade, serão aplicados. E os Tribunais de Contas, titulares da função de controle externo da Administração Pública, têm papel da mais alta relevância: a análise preventiva, como disse aqui o colega conselheiro do Rio de Janeiro.

Os órgãos de controle têm que se imbuir da tarefa de fazer biópsias nos editais de licitação, nos contratos, e não apenas aquela autópsia posterior, não efetiva, para que amanhã não se chore o leite derramado.

A análise dos editais de licitação no momento em que são publicados é um trabalho de prevenção e controle concomitante feito pelo TCU em tempo real, a exemplo do que é feito pelo Tribunal de Contas de Pernambuco. Isso é muito importante para que se evite que, diante de uma hipótese de prejuízo ou ilegalidade grave, não se possa mais retornar ao *status quo ante*. No limite, em se deparando com ilegalidades, aos tribunais cabe atuar de maneira acautelatória, com a edição de medidas cautelares, que hoje são o tema do momento.

Hoje em dia, fica clara a efetividade dos sistemas de controle externo dos Tribunais de Contas, a partir do momento em que há preocupação com a agilidade.

Digo sempre o seguinte: nesse dilema entre o tempo do controle e o tempo da gestão tem de haver equilíbrio. Os governantes têm que entender que, no planejamento das políticas públicas, tem que ser levado em conta um tempo para a Câmara dos Deputados, para o Senado Federal, para os Tribunais de Contas e para o Ministério Público. Esse controle faz parte do sistema público de gestão. O controle é inerente ao ciclo da gestão.

Por outro lado, nós, representantes dos Tribunais de Contas, temos que nos preocupar com a agilidade e a celeridade. As demandas sociais no Brasil são enormes. E, no tocante à Copa do Mundo, há uma questão inerente às obras: o tempo. Se passar do tempo, não adianta nada. Por isso minha preocupação com o fato de que, ao mesmo tempo em que os Governos têm o dever de estruturar as suas procuradorias, seu sistema de controle interno, a parte de engenharia, os

[P11] Comentário: Sessão:1259/09
Quarto:13 Taq.:Luciene Motta Rev.:



Tribunais de Contas devem formar grupos especiais, justamente para atender essa demanda, que será enorme, e agir de forma célere, a fim de que não se torne um estorvo que venha a prejudicar a efetividade e a grandiosidade desse movimento.

O Estado de Pernambuco tem experiência em controle concomitante. Lá, temos um quadro de engenheiros concursados — mais de 50 engenheiros analisam as obras desde o edital até a finalização. Em Mato Grosso, foi criado um grupo especial para acompanhar a Copa do Mundo.

Então, é com muita honra e alegria que nos integramos, de corpo e alma, a essa rede de controle, que, certamente, contribuirá para o êxito e a efetividade da Copa do Mundo no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Obrigado, conselheiro.

Consulto o inspetor Agnaldo se gostaria de usar a palavra. *(Pausa.)*

Então, daremos a palavra, rapidamente, aos Parlamentares.

Vamos começar pelo Deputado Paulo Rattes, Relator da nossa Subcomissão.

O SR. DEPUTADO PAULO RATTES - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Silvio Torres. Meu caro companheiro de outras eras, do MDB, nesta Câmara Federal, Ministro Ubiratan Aguiar, companheiro também da minha mulher na Assembleia Nacional Constituinte, está bem entregue o Tribunal de Contas da União a V.Exa. É bom que o homem público passe por esta Câmara ou pelo Senado, enfim, passe pelas Casas legislativas, para aprender muito. Aqui aprendemos muito, especialmente sobre a necessidade de fiscalização dos Tribunais de Contas estaduais, municipais e da União.

Sou um homem da base do Governo, mas a mim não me escapa, em instante algum, a verdade. E a verdade é que é preciso acompanhar, fiscalizar e controlar, especialmente o dinheiro público que será aplicado na realização da Copa do Mundo, para que não se precise remediar, como disse o meu caro companheiro e amigo Embaixador, o Conselheiro Thiers Montebello, que não quis citar, especificamente, o desastre que foi o Pan-Americano. Mas eu posso citar, porque sou um membro do Parlamento nacional. Até hoje estamos aqui nestas 2 Casas — Senado e Câmara Federal —, tentando abrir uma CPI, que não ainda não foi aprovada e não será, jamais.



Há uma única e grande diferença entre as obras que serão instaladas, para que possamos atender realmente as necessidades de uma Copa do Mundo, e as outras obras feitas pelo Governo Federal ou pelos Governos Estaduais, como citou muito bem o representante do Tribunal de Contas de Pernambuco. Temos ano, mês, dia e hora para começar a Copa do Mundo. Não há como adiá-la. Então, como dizia minha velha avó: *“É preciso prevenir, para não ter que remediar”*. Essa é a grande verdade.

A nossa Comissão já assinou protocolo no começo do ano com o Tribunal de Contas, para que nos auxilie na fiscalização de todas as questões que passam por aqui. E, neste instante, ficamos satisfeitos em ouvir os diversos membros dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios. Não podemos colocar, é claro, os Tribunais de Contas como os patinhos feios da nossa República, como alguns querem fazê-lo, quando dizem que as obras não andam, não continuam, porque os Tribunais de Contas dos Estados e da União impedem. Nada é melhor do que prevenir. **Vamos** acompanhar esse trabalho junto com os tribunais.

Minha cara Senadora Maria Serrano, é também salutar para nós, por isso acato plenamente a sua sugestão de trabalharmos juntos nessa fiscalização.

É preciso, então, que trabalhemos par a par, lado a lado com os tribunais, para que, no dia e hora exatos, sejamos os campeões do Brasil, mas também sejamos um país admirado por todos os brasileiros, bem como externamente, como de fato ocorreu com a Alemanha, na última Copa, pela maneira exemplar como recebeu os turistas e pelo que apresentou em termos de estádios.

Quanto aos estádios, quero apenas lembrar a todos que, há pouco tempo, o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol dizia: *“Não haverá dinheiro público na instalação dos estádios ou das arenas ou nas reformas dos estádios”*. Agora, S.Sa. acaba de dizer que é preciso ter dinheiro público.

Esteve aqui também o representante do BNDES. Ao todo, recebemos representantes de mais de 9 entidades da construção civil. Todas eles tinham uma mesma dúvida, com a qual também saímos daqui, depois que eles falaram. O órgão encarregado de financiar os Estados, os clubes ou outras entidades particulares para a construção e reforma desses estádios, o BNDES, também tem dúvidas, porque não sabe quanto poderá ser gasto nem qual é o orçamento. E, mais do que

[P12] Comentário: Sessão:1259/09
Quarto:14 Taq.:Luciene Motta Rev.:



isso: o órgão terá que agir da maneira que tem que agir. Será preciso ter capacidade de endividamento e capacidade de pagamento. E os senhores sabem perfeitamente que muitos Estados brasileiros não têm essa condição.

Felicitó, então, a vinda a esta Casa dos Presidentes dos Tribunais de Contas. Vamos trabalhar juntos, porque queremos, como dizem, ganhar a Copa do Mundo, mas, sobretudo, queremos ficar orgulhosos do nosso Brasil. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Muito bem.

O SR. ANTÔNIO JOAQUIM - Presidente, só para registrar a informação com relação ao dinheiro público.

Em Mato Grosso, serão gastos 430 milhões de reais do Estado para a construção do estádio, dinheiro público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado Felipe Bornier, gostaria de usar a palavra?

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Sr. Presidente, Deputado Silvio Torres, Exmo. Sr. Ministro Ubiratan Aguiar, Senadora Maria Serrano, meu amigo e companheiro Deputado Rômulo Gouveia, Presidente da Subcomissão da Copa, demais Parlamentares, conselheiros, Presidentes de Tribunais de Contas, meu amigo Thiers, que representa o Estado do Rio de Janeiro, cuja presença me orgulha muito, quero falar da minha satisfação de participar, como jovem Parlamentar do Rio de Janeiro, desta Comissão.

Vivenciei um pouco a história do Pan-Americano, escutei muito sobre o legado que ficaria para o nosso Estado, mas hoje vemos muitos elefantes brancos naquela cidade. Não gostaria que acontecesse o mesmo na Copa do Mundo, esse sonho que mexe com o coração dos brasileiros.

Vou honrar o meu mandato, porque tenho certeza de que esta Comissão terá muito trabalho pela frente. Aproveito para me colocar sempre à disposição.

Parabenizo a Comissão pela assinatura deste protocolo, que certamente será muito importante para o andamento do nosso trabalho.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Nós é que agradecemos, Deputado Felipe Bornier.



Não havendo mais oradores inscritos, gostaria, mais uma vez, ao finalizar a nossa reunião, de agradecer aos presentes a participação e dizer que foi muito estimulante conseguirmos tecer essa rede, que certamente se ampliará. Ao se ampliar, ela também trará mais representação da sociedade civil organizada e de todos aqueles que se preocupam em fazer do Brasil, como já foi dito, um país cada vez mais respeitado, especialmente pelo rigor no controle das suas contas.

Agradeço a todos a presença. Vamos à luta!

Está encerrada a reunião.